

O PACOTE DE FH Partido não decide se vai apoiar ACM na troca do aumento do IR por uma sobretaxa nas alíquotas de importação

Imposto de renda gera impasse no PT

SÔNIA CARNEIRO

BRASÍLIA - O PT está entre a cruz e a espada sobre a proposta do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de trocar o aumento do imposto de renda da pessoa física por uma taxa de 2% de elevação na alíquota do imposto de importação. "Estamos dispostos a estudar medidas que defendam a empresa nacional, mas esse negócio do Antônio Carlos querer faturar dificulta tudo", disse líder do partido, deputado José Machado, de São Paulo.

Em contrapartida, o PT quer o apoio do senador e dos demais partidos para estender às microempresas os benefícios que o pacote deu às pequenas e médias empresas, que ganharam linhas de crédito para ex-

portação. Mas Antônio Carlos Magalhães vai aguardar até a semana que vem o resultado dos estudos que o PFL solicitou aos especialistas e que será divulgado pela Executiva do partido.

"O Congresso não abre mão de apresentar suas sugestões", confirmou o senador, que, depois do encontro com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na quinta-feira, manteve o sinal verde às mudanças no pacote, porém com menos ênfase. Numa das sugestões enviadas ao presidente do Senado pela empresa de consultoria Gorim, "o aumento de 10% no IR não é tão grave quanto o limite das deduções em 20%".

Mas a medida alternativa mais cotada é a taxação das grandes fortunas. "Todos os partidos estariam dis-

postos a apoiá-la", anunciou Machado. Só que ele não acredita na palavra dos governistas. Seu partido prefere a revogação total do pacote, mas "nesse caso seria uma reviravolta", admitiu Machado.

No Plano de Ação Fiscal do PFL estão cinco medidas, antigas bandeiras das esquerdas em defesa da classe média. A redução dos repasses da União aos fundos de pensão, a cobrança de uma taxa sobre as compras com cartão de crédito feitas no exterior e o aumento do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, além da taxação das grandes fortunas e do lucro das empresas.

Já o presidente da comissão de Orçamento, senador Nei Suassuna, do PMDB da Paraíba, apresentou projetos propondo duas medidas

que poderiam arrecadar até R\$ 200 milhões - 10 vezes mais do que as medidas do governo. Para melhorar a eficiência da "máquina", a cobrança das dívidas da União seria tercerizada. Hoje, elas estão sob a responsabilidade dos procuradores da República.

"Eles têm o salário garantido no fim do mês e não fazem questão de ir atrás. Bota alguém que precisa ir em cima da cobrança para ver se não arranca dinheiro de quem está devendo à União", afirmou Suassuna. O senador sugeriu ainda o recadastramento dos 3,5 milhões imóveis de Marinha localizados à beira de praias, rios e lagos e que nada pagam de impostos. Hoje, só são tributados 500 mil imóveis desse tipo.

O PPB do ex-prefeito Paulo Ma-

luf propõe, para substituir o aumento do imposto de renda do contribuinte, a elevação da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras, para punir a especulação nas bolsas de valores. "Não foram elas que provocaram essa crise?" defendeu o senador Esperidião Amim, do PPB de Santa Catarina. Os deputados Delfim Netto e Roberto Campos foram acionados para sugerir medidas, mas não sabem ainda se vão ajudar. "Será que esse governo vai querer dividir responsabilidades?", perguntou Delfim.

Na tentativa de mostrar serviço no estudo de alternativas ao pacote, o candidato do PPS à presidência da República, Ciro Gomes, com a ajuda do professor Mangabeira Unger, preparou um elenco de oito medidas que serão apresentadas na semana que

vem pelo líder do partido no Senado, Roberto Freire, mas evitou sugerir a maxidesvalorização. A principal tentativa obter R\$ 3 bilhões com a suspensão de todos os incentivos fiscais existentes no país - e não apenas do nordeste - com exceções nas áreas de Ciência, Tecnologia e Cultura.

Seriam cortadas ainda as transferências voluntárias de verbas feitas pelo governo federal, além do corte de 70% nas despesas com viagens de funcionários públicos ao exterior e das verbas de publicidade. Assim como o PFL e o PMDB, o PPS também insiste na redução dos repasses da União para os fundos de pensão das estatais, no valor de R\$ 2 bilhões, e a tributação incidente sobre as despesas com cartão de crédito no exterior.